

Uma leitura do processo de democratização da UNISC

Ieda de Camargo*

Este artigo é um resumo de parte da dissertação intitulada "O fazer da democracia na UNISC e o discurso pedagógico" de minha autoria. Nela pretendi resgatar o movimento pela democratização da instituição desencadeado em meados da década de 80 como pano de fundo na caracterização do discurso pedagógico.

Inicialmente apresento uma caracterização da universidade, especialmente da comunitária e a questão da democracia. No segundo momento, um resumo da história do movimento pela democratização, contexto década de 80, especialmente o ano de 1986 e considerações finais.

A metodologia de pesquisa utilizada foi a abordagem do cotidiano, que para ANDRÉ (1991) deve partir de três dimensões interligadas: epistemológica/filosófica, institucional/organizacional e instrucional/pedagógica.

O resgate da história do movimento pela democratização da instituição relaciona-se à dimensão institucional/organizacional e se dá através da leitura das 'falas' de sete professores entrevistados em 1992. Os critérios para escolha dos entrevistados foram: efetividade na década de 80 (docência), regime de trabalho de tempo integral e participação (experiência) em cargos administrativos na instituição.

No segundo semestre de 1986, ingressei como docente na instituição, vivenciando a partir de então o movimento pela democratização.

A instituição foi reconhecida como universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC em maio de 1993.

Universidade, natureza e democracia.

Proponho inicialmente a discussão de alguns aspectos referentes à situação da universidade, entendida pelos autores seguintes como crise de poder e de identidade, a questão do público e privado, a natureza da

* Professora no Departamento de Educação da UNISC - Mestre em Educação/UFRGS

universidade comunitária e relação deste contexto com a democracia.

Para FÁVERO (1989, p.13),

“a universidade está em crise por ter uma estrutura de poder centralizada e conservadora; pela falta de competência profissional de muitos dos que nela trabalham e pelo seu descompromisso em fazer valer seus interesses mais fundamentais da sociedade”.

As possibilidades de mudança frente à questão do poder na universidade estão ligadas à sua capacidade de autonomia e de democratização interna. Na busca da sua autonomia é necessário que a universidade fique,

“livre de controles burocráticos externos e que seja capaz de compreender reformas necessárias, a partir de critérios assumidos e estabelecidos no interior da própria instituição”. (idem, p.16)

Ainda, as relações de poder, na instituição universitária “*não podem assumir caráter meramente administrativo ou acadêmico: definem-se sobretudo como uma questão política*”. (ibidem, p.17)

A partir dessas colocações, a conquista da autonomia fica diretamente relacionada com a capacidade de democratização interna da universidade. A democratização da universidade, por suas diferentes funções, requer várias pessoas no seu governo e, isto implica uma capacidade de lidar com conflitos, com o confronto de posições.

Para FRANCO(1983), a crise de poder e de identidade está diretamente relacionada à forma de organização da universidade. A esse respeito,

“a partir do desvelamento histórico constata-se quatro principais tendências organizacionais na universidade brasileira, estando elas presentes especialmente nas relações Estado-Universidade mas, também, expressando-se nas relações intra-universitárias. São as

tendências de centralização, de formalização, de formalismo e de dependência”. (idem, p.15)

Nesse sentido, as tendências de centralização e formalização estão mais afetadas a crise de poder na universidade e, as tendências de formalismo e dependência à crise de identidade, na medida em que esta é reflexo do transplante de valores e modelos exógenos e da falta de uma concepção abrangente sobre os objetivos dessa mesma universidade.

A tendência de centralização predomina na história do ensino superior brasileiro e se expressa através dos limites impostos à participação nas decisões, da acentuada hierarquia de autoridade e do incipiente profissionalismo dos docentes de nível superior. A tendência de formalização está baseada na definição de normas e de controle de observância das mesmas.

A questão da privatização da universidade pública brasileira remete à situação da instituição de ensino superior não-estatal. Junto a isso, está a destinação dos recursos financeiros, para essa mesma instituição. A destinação desses recursos, no entendimento de CUNHA (1989) cria problemas para a universidade pública pois,

“o aumento da transferência de recursos públicos para o setor privado aumentará a pressão para a privatização das universidades públicas, lançando-as à cata de serviços a qualquer custo e a qualquer preço para complementar os orçamentos minguados, e forçando-as a cobrarem mensalidades a preço do mercado”. (idem, p. 149)

A Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior consagra o conceito de “público-não-estatal”, ou o conceito sociológico de público (público porque pertence ao povo e a ele serve).

Muitas das instituições de ensino superior particulares, também tidas como públicas, são chamadas instituições comunitárias. A denominação de “comunitária” é recente na história da educação brasileira. No que se refere a sua origem, a universidade comunitária,

“é uma instituição particular (porque a iniciativa de

sua criação não se deu na esfera pública nem o Estado é o seu principal mantenedor) que apresenta, contudo uma especial dimensão pública". (TRAMONTIN, R. & BRAGA, R., 1988, p.17)

Estes autores ainda apontam como características da universidade comunitária: a instituição mantenedora está subordinada a um objetivo social: seus bens pertencem à comunidade; há rotatividade dos cargos de direção da universidade e o controle e a participação no poder estão com amplos segmentos da sociedade civil, através das suas organizações mais representativas.

Em alguns casos, os poderes públicos participam, juntamente com as associações civis locais, dos órgãos de decisão e do ônus da manutenção.

A universidade comunitária resulta,

"da experiência concreta de algumas instituições (...) surge (...) como tentativa de concretização das aspirações educacionais de grandes grupos (confessionais ou não) que expressam segmentos vivos da sociedade. Em alguns, essa participação tomará forma de uma vocação regional". (idem, p.18)

E, com a consagração do conceito de "público-não-estatal" pela Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior, a partir de 1988, as universidades comunitárias passaram a ter novamente em seus orçamentos receitas substantivas e sistemáticas da União.

Sobre a classificação da instituição de ensino superior, a partir do atual texto constitucional, segundo MORAIS (1989), haveria no país três modelos de instituições educacionais: a) instituição pública estatal, que pode ser federal, estadual ou municipal; b) instituição privada sem fim lucrativo, prestadora de serviço de interesse público que pode ser comunitária, confessional ou filantrópica; c) instituição particular.

Em sua concepção de instituição comunitária,

"todas as Universidades Comunitárias incluem no seu projeto educacional: o aperfeiçoamento da pessoa

humana, a organização participativa, o interesse na solução dos problemas da comunidade onde elas se inserem, defendem o direito universal à educação e buscam a qualidade de ensino". (idem, p.16)

Nas universidades comunitárias, não aquelas vinculadas a grupos ou congregações, a rotatividade no poder é regra fundamental e o controle das contas e da administração é acompanhada como "coisa pública" de que os administradores devem prestar contas.

Frente à descrição das crises de poder, de identidade e econômica pelas quais passa o ensino superior e a sociedade brasileira no seu conjunto, as questões que se colocam são: quais as possibilidades da democracia nas instituições da sociedade brasileira? Entre as instituições, quais as possibilidades da democracia na universidade brasileira, e, em especial, na instituição de ensino superior privada, mais especificamente na universidade comunitária?

À universidade enquanto instituição de ensino, cabe um papel na busca da construção de um projeto histórico, um comprometimento na definição de estratégias que possibilitem a libertação do homem enquanto ser que se constrói no cotidiano das relações sociais. Neste sentido, a universidade tem um compromisso com a democracia.

Para GADOTTI (1989, p.54),

"o ideal da universidade seria que houvesse segmentos organizados, não só os Conselhos Universitários, mas segmentos de funcionários, professores e alunos, que tivessem uma participação efetiva na escolha dos seus dirigentes: não só na escolha dos nomes, mas sobretudo na escolha de um projeto".

Processo de democratização da FISC

A década de 80 é muito significativa para a instituição pelo seu crescimento, sua luta pela democratização e sua caminhada em busca do reconhecimento da universidade.

O desejo da instituição em buscar as condições para conquistar o *status* de universidade, segundo minha leitura, é um dos fatores que contribuiu para

a instalação do movimento pela democratização.

ROSENFELD (1990, p.33), define democracia “*como se seus momentos (as liberdades) fossem fotos capazes de captar a profundidade infinita das coisas*”.

A leitura das ‘falas’ dos professores entrevistados é uma tentativa de captar os ‘momentos’ do movimento pela democratização da instituição desencadeado em meados da década de 80.

Um desses professores entrevistados declara que, o desejo da instituição em ser universidade, manifestou-se, por ocasião da visita do então Ministro da Educação Tarso Dutra em 1969, quando se falava em Universidade Regional de Santa Cruz do Sul ou do Vale do Rio Pardo. Foi dito pelo representante da instituição na saudação ao visitante que “a comunidade aspirava a conquista da universidade”.

Na década de 80, o último diretor-geral da FISC, indicado pelo presidente da mantenedora - Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul - APESC, buscou corporificar a idéia de criação da universidade.

Nessa época, tendo em vista os critérios do Conselho Federal de Educação para aprovação da Carta Consulta, que permitiria a criação da Universidade, o então diretor-geral incentivou a vinda para a instituição de professores titulados - mestres e doutores para atuarem nos cursos, principalmente na ex-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Houve formação de uma comissão para viabilizar o projeto da Carta Consulta que acabou sendo abandonado pois a sua elaboração estava restrita apenas a um grupo.

Comprova-se esse momento histórico, através de publicações em jornais locais, em documentos da instituição, bem como através de reuniões e promoções de eventos, desenvolvidos para tal fim.

Com a aprovação do novo Regimento das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul-FISC em 1982, estava prevista a eleição da direção-geral por lista sêxtupla de nomes escolhida pelo Conselho de Ensino e Pesquisa e pelo Colegiado Superior para posterior encaminhamento ao diretor geral da então FISC.

Entre os fatores que contribuíram com o desencadeamento do movimento pela democratização da instituição, conforme entrevistas, está a vinda de novos professores titulados e a eleição para diretor da ex-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL, gestão 83 - 86. Em 1982, o professor mais votado, em lista tríplice, pelos professores para direção dessa faculdade,

não foi o indicado pelo então diretor-geral. Esse professor mais votado pelos professores, havia sido diretor-geral em 1981/82, e, anteriormente, foi diretor da ex-FFCL, de 1975 a 1981.

No ano de 1986, as idéias de democracia, no interior da instituição, coincidiam com o que acontecia na sociedade brasileira como a mobilização pelas ‘diretas já’, convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Havia uma exigência da sociedade civil de uma maior participação nos destinos do país.

No contexto da FISC, as razões da insatisfação da comunidade acadêmica centravam-se na falta de participação nas decisões pedagógicas e administrativas, na falta de acesso à contabilidade da instituição, com justificativa da necessidade de maior transparência administrativa e a falta de critérios claros para capacitação docente. Ainda, os professores reivindicavam melhores condições de trabalho e, principalmente, reposição salarial.

No processo de mobilização pela eleição direta, no segundo semestre de 1986, um professor representante da APUVARP - Associação dos Professores Universitários do Vale do Rio Pardo, no Conselho Superior da APESC, assumiu juntamente com a mantenedora, nota nos jornais locais, contrária ao movimento pela democratização. Esse fato junto aos que aspiravam a democratização na FISC, contribuiu para o crescimento do movimento.

A liderança do movimento estava ligada mais diretamente a professores que pertenciam ao Departamento de Ciências Sociais. A partir da criação da Universidade, este originou os departamentos de Ciências Humanas e de História e Geografia.

Segundo um professor entrevistado, nos colegiados da época já se discutia a questão das eleições diretas. Falava-se ao menos em rodas, não tão abertas, porque se sabia da dificuldade da FISC em alguns setores de aceitar as eleições diretas. Enfatiza, no entanto que a proposta de eleições diretas, foi aprovada por unanimidade.

Ainda em 86, o então diretor-geral indicado, propôs em reunião do CONEPE - Conselho de Ensino e Pesquisa que se elaborasse o regimento eleitoral para as eleições diretas.

Sobre esse desafio, um professor destaca que, muitos setores apostavam que não haveria mobilização nem por parte dos professores, nem por parte dos alunos, muito menos dos funcionários, no sentido de se organizarem e apresentarem uma proposta de regimento eleitoral. Acreditava nisso pois

quando decidiu-se assumir o desafio de construir o regimento, fazia-se chamadas para reuniões nos murais das salas dos professores - centro e campus e pouquíssimos participavam.

Estavam envolvidos no movimento diretamente, professores e alunos. Criou-se em abril de 86, o DCE - Diretório Central dos Estudantes. A participação expressiva dos alunos foi da ex-FFCL. Estes participaram ativamente em passeatas, em busca de apoio ao movimento. Uma passeata foi até o prédio da Prefeitura de Santa Cruz do Sul, onde funcionava a Câmara Municipal de Vereadores, e outra, até o Campus onde funcionavam os demais cursos da instituição. Também ameaçaram fazer greve como forma de pressão e contribuíram na elaboração do regimento eleitoral.

O movimento pela democratização discutiu num primeiro momento a elaboração do regimento eleitoral para as eleições diretas, depois o plano de trabalho para a instituição e, por último, a indicação dos nomes para os cargos eletivos em questão.

No final do ano de 86, ocorreu pela primeira vez na história da instituição, eleição direta para todos os cargos eletivos. Duas chapas concorreram aos cargos de diretor-geral, vice-diretor-geral, coordenador dos cursos em regime de férias e diretores das faculdades.

A chapa que representava o movimento pelas eleições diretas venceu por uma ampla maioria de votos nos segmentos dos professores, alunos e assembléia comunitária, com exceção do segmento dos funcionários.

Um professor destaca o fato de que, sendo a Assembléia Comunitária de domínio de uma área política e econômica do município, a conquista de 50% dos votos mostra que o movimento pela democratização, angariou confiança, pois havia uma proposta clara de trabalho que tinha como centro a própria instituição. Quanto à participação discente, dois professores entrevistados, percebiam a atuação dos alunos como "massa" de manobra neste movimento.

Em 1987, foi empossado o primeiro Diretor-Geral, o Vice-Diretor, os Diretores das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; Direito; Ciências Contábeis e Administrativas e da Escola Superior de Educação Física e o Coordenador dos cursos em regime de férias. A coordenação de extensão universitária ficou diretamente ligada a vice-direção-geral da então FISC.

O trabalho mais imediato realizado pelo grupo vencedor foi no setor administrativo. A instituição passou a ter um controle maior dos gastos. Todos

os professores tiveram que assumir docência, ou seja, cumprir uma determinada carga horária, pois, havia, na época, professores que recebiam vinte horas no regime de tempo parcial e não lecionavam, apenas atendiam como secretários em departamento. Houve remanejamento de pessoal. Num primeiro momento, não houve demissão, mas uma tentativa de reaproveitar o pessoal, que estivesse ocioso em determinado setor.

É a partir desse momento que a Extensão começa a atuar em diferentes áreas, voltadas principalmente para a comunidade regional.

Nesse mesmo ano, a ex-FFCL, propôs a elaboração de seu plano de trabalho através do planejamento participativo. Da primeira etapa do trabalho participaram, em média, 50 professores dessa faculdade e representantes dos alunos e dos funcionários.

A filosofia e metas resultantes desse trabalho embasam alguns dos princípios da concepção da UNISC-Universidade de Santa Cruz do Sul.

Em 1990, houve reeleição para o cargo de diretor e vice-diretor geral por ampla maioria de votos da comunidade acadêmica.

A democracia se faz fazendo

O futuro da democracia no Brasil e nas suas instituições vai depender de mudanças básicas em sua estrutura econômica, política e social de forma a possibilitar a participação dos diferentes segmentos da sociedade.

Numa definição mínima de democracia, BOBBIO (1989) coloca que é fundamental a ampliação do número de participantes; existência de regras definidas e garantia de liberdade para os que decidem. Continuando, no que diz respeito às modalidades de decisão,

"a regra fundamental da democracia é a regra da maioria ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas e, portanto, vinculatórias para todo o grupo - as decisões aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão". (idem, p.19)

Na leitura dessa tentativa de resgate da história da UNISC, na luta pela

sua democratização, percebe-se a própria instituição como elemento de união do grupo.

Na evolução do movimento pelas eleições diretas confirma-se essa preocupação em vários momentos como na elaboração do regimento eleitoral, elaboração de um plano de trabalho para a então FISC e, por último, na escolha dos nomes para os cargos diretivos. Entre as lideranças do movimento existia a indicação de um candidato para direção geral que em nome da unidade renunciou a favor de uma aliança com outras pessoas cuja bandeira de luta era a democratização da instituição.

A caminhada da UNISC na construção da sua identidade compreendida como autonomia administrativa, política e de produção e socialização do conhecimento, acontece quando:

- passa de faculdades isoladas para faculdades integradas;
- propõe eleições diretas para todos os cargos diretivos da instituição, quebrando com o sistema de indicação pela mantenedora para os mesmos;
- as pessoas que formam a comunidade universitária exercitam sua participação nos diferentes órgãos de decisões da universidade;
- se volta para as atividades de pesquisa e extensão, definindo linhas de ação, de forma a atender às necessidades da própria comunidade onde está inserida, tanto em nível municipal como regional;
- investe na formação dos professores - criação do Plano de Capacitação de Docentes e incentivo à formação do quadro técnico-administrativo;
- há o reconhecimento da universidade que se dá pela sua forma de gestão, pela qualidade do trabalho que desenvolve nas funções de ensino, pesquisa e extensão bem como por suas propostas presentes e futuras como novos cursos, ampliação dos recursos físicos e humanos, investimentos nos diferentes setores...

Na terceira eleição direta de 1993, os percentuais de votos se alteraram, principalmente por reivindicação do segmento dos funcionários. Na 1ª e 2ª eleições sua parcela de votos representava 4% do total e nesta representou 10%; os segmentos dos professores e alunos passaram respectivamente de 42% para 40% e a Assembléia Comunitária de 12% para 10%. Atribuiu-se o crescimento do peso dos votos de funcionários às suas possibilidades de organização e participação.

Na leitura dessa caminhada em busca da democracia muito mais que

captá-la em sua essência, fica-nos a certeza de que "a liberdade não é um mero assunto dos governantes ou dos ditos representantes do povo. Ela se dissemina em diferentes níveis da realidade".(ROSENFELD, 1990, p.33)

Os momentos, as liberdades ou as imagens aqui apresentadas sobre o movimento de democratização talvez não tenham captado o que foi gerado pelo próprio processo pois em sendo processo, a democracia se faz fazendo.

Concluimos com o pensamento que entendemos, expressa a idéia de processo do qual tentamos falar.

"É como se, no fim dessa sucessão de imagens, devêssemos tudo recomeçar e, para nossa surpresa, nos dêsemos conta de que o ato de percorrer novamente as imagens do filme nos fizesse ver algo que não estava contido na nossa filmagem, algo que foi criado por este próprio processo que faz com que a "coisa" chegue ao "público" e o "povo" ao governo do seu "Estado".(idem, p.34)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli E.D.A. de. *A Contribuição da Pesquisa Etnográfica para a construção do saber didático*. São Paulo: ANDEP, 1º a 03/09/91 (mimeo).
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CAMARGO, Ieda de. *O fazer da democracia na UNISC e o discurso pedagógico*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, 1993. (Dissertação, Mestrado em Educação)
- CUNHA, Luiz Antonio (org.) *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino*. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1989.
- _____. A Universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. *Em Aberto*, Brasília, 8(43):3 - 9, jul/set., 1989.
- FÁVERO, Mª de Lourdes. *A universidade em questão*. São Paulo: Cortez, 1989 (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; v.29)

- _____. *Repensando as funções da universidade*. São Paulo, ANPED, 1º a 03/09/91 (mimeo).
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai. *Identidade e poder: uma análise de objetivos e de dimensões organizacionais da universidade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 1983. (Tese, Doutorado em Educação).
- MORAIS, João Luiz de (org). *Perfil das universidades comunitárias*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- ROSENFELD, Denis. *O que é democracia?* 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- TRAMONTIN, Raulino e BRAGA, Ronald. *As universidades comunitárias: um modelo alternativo*. São Paulo: Ed. Loyola, Co-edição: Leopoldinum Editora, 1988.
- WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia?* 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.